



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 8, v. I nov.2017-abr. 2018

p. 133-153.

# O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos

Maria Léo Fontes Borges Araruna<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho autoetnográfico busca explicar como que meus processos de socialização no gênero e a construção da minha identidade travesti se constituem em meio às falhas na proteção do meu direito à vida urbana. A partir da análise de três narrativas minhas, demonstro como situações de opressão e, consequentemente, de sofrimento, ocorrem devido a interpelações que recebo ao passar por espaços urbanos. Portanto, utilizo minhas próprias histórias cotidianas para denunciar facetas de uma sociedade estruturada na cisnormatividade e na transfobia.

**PALAVRAS-CHAVE:** autoetnografia; direito à cidade; socialização; transfobia; travesti.

**Abstract:** This autoethnography work seeks to explain how my gender socialization processes and the construction of my “travesti” identity are constitute amid failures in the protection of my right to urban life. From the analysis of three narratives of mine, I show how situations of oppression and, consequently, of suffering occur due to the interpellations that I receive when passing through urban spaces. Therefore, I use my own everyday stories to denounce facets of a society structured in cisnormativity and transphobia.

**Keywords:** autoethnography; right to the city; socialization; transphobia; “travesti”.

**Resumén:** Este trabajo autoetnográfico busca explicar cómo mis procesos de socialización en el género y la construcción de mi identidad travestí se constituyen en medio de las fallas en la protección de mi derecho a la vida urbana. A partir del análisis de tres narrativas mías, demuestro como situaciones de opresión y, consecuentemente, de sufrimiento, ocurren debido a interpelaciones que recibo al pasar por espacios urbanos. Por lo tanto, utilizo mis propias historias cotidianas para denunciar facetas de una sociedad estructurada en la cisnormatividad y en la transfobia.

**Palabras clave:** autoetnografia; derecho a la ciudad; socialización; transfobia; travesti.

<sup>1</sup> Graduanda em Direito na Universidade de Brasília (UnB), escritora, atriz, zineira e militante da coletiva LGBT Corpólitica e da União Libertária de Travestis e Mulheres Transexuais do Distrito Federal (ULTRA - DF).

Recebido em 11/09/17

Aceito em 29/10/17

“eu não quero mais/ser a pessoa a andar à noite ou de dia com medo dessa heterossexualidade machista que mata  
mata mata mata  
mulheres  
trans  
e bichas  
a toda hora  
e ainda arrasta os corpos pra mata  
pra atear  
fogo!”

kika Sena

## 1. Introdução à uma pesquisa travestilizada

Eu preciso iniciar este texto com um respiro. Finalmente encontrei o método de pesquisa que melhor suporta meus devaneios e ideias sobre ser uma travesti e existir na cidade. Descobrir a autoetnografia me proporcionou uma escrita acadêmica menos gélida e colonizadora; possibilitou-me criar uma epistemologia sensível, poética, pessoal – a construção de um pensamento sincero sobre mim, sobre a vida como mona e sobre o mundo lá fora que me atravessa.

A ideia de trazer a temática do direito à cidade unida à socialização trans<sup>2</sup> para a universidade veio do meu próprio processo de transição de gênero (em tornar-me travesti), quando percebi que ser o que sou não está vinculado somente a uma construção identitária formada por hormônios, indumentárias ou até mesmo de como eu me nomeio, mas também a outros processos sociais mais dinâmicos e transversais. A necessidade de produzir este artigo surgiu, quando eu, enfim, percebi que o olho, a voz e o toque do Outro que colam em mim expectativas e verdades também nutrem minha identidade, também me conformam e até me explicam. Ser travesti não é só comandar e transformar

---

<sup>2</sup> Segundo Berger e Luckmann (1985, p.173-195), socialização se refere aos processos de integração do indivíduo com a realidade social, sendo esta possuidora um tecido de significados com os quais se estabelecem comportamentos, regramentos e comunicações. Dessa forma, o ser humano é encarado como um produto social que também é capaz de moldar e tensionar seu contexto. A socialização no gênero, por sua vez, pode ser pensada a partir do anteriormente exposto, já que a constituição identitária, corporal e subjetiva dos seres em sociedade também é perpassada pelas normas culturais de gênero. Neste artigo, a socialização travesti, a qual se encontra dentro dos marcos de socialização de gênero, pode ser melhor compreendida pelas explicações de Beatriz Pagliarini Bagagli (2016): “A socialização de gênero é desde sempre o acultramento para a cisgeneridade. A masculinidade – o papel esperado para indivíduos aculturados para serem “homens” – e a feminilidade – o papel esperado para indivíduos aculturados para serem “mulheres” – não existe fora dos marcos regulatórios da cisgeneridade. A masculinidade e feminilidade hegemônicos são necessariamente cisgêneros. Não existe norma em relação à socialização de gênero que não seja necessariamente cisgênera, além de binária, misógina e heterossexual. Se a socialização de gênero necessita da norma cis – a exclusão da transgeneridade como Outro é na mesma medida necessária (...) Por isso, a questão do trânsito de gênero está necessariamente inscrita estruturalmente na forma como a socialização funciona. Nenhuma socialização de gênero em nossa sociedade é indiferente àqueles que insistem vivenciar os trânsitos de gêneros. Por isso, nossa sociedade não socializa pessoas trans e cis da mesma forma”.



meu território corporal, mas, além disso, é ser restrita e sofrer as interferências e agonias de transitar pelo território urbano.

Este trabalho autoetnográfico busca, a partir de três narrativas sobre minhas experiências pessoais na travestilidade, explicar como as situações de opressão e, conseqüentemente, de sofrimento, ocorrem devido a interpelações<sup>3</sup> que recebo ao passar pelos espaços urbanos. Dessa forma, a proposta de trazer a retrospectiva de meus sentimentos e de minhas lembranças, unindo essas com análises científicas e acadêmicas, permite traçar compreensões e, até mesmo, viabilidades teóricas sobre processos de socialização que são próprias e específicas de uma pessoa trans<sup>4</sup>. Assim, a vontade posta, neste trabalho, não é fazer de minha subjetividade e de minhas vivências algo comum e geral para todas as travestis do Brasil. Pelo contrário, a intenção aqui é fazer com que o contexto no qual os fragmentos de minha trajetória se situam possam ser capazes de demonstrar facetas de matrizes que estruturam uma sociedade, como a cisnormatividade<sup>5</sup> e a transfobia<sup>6</sup>.

Autoetnografar é unir autobiografia com etnografia, isto é, manter um olhar atento para mim mesma e para toda a conjuntura que me cerca; é entender como que situações pessoais são percorridas por construções culturais e políticas (ELLIS, ADAMS e BOCHNER, 2011, p.3-4). A potência desse método é fazer com que haja uma intensa quebra do modelo canônico de pesquisa em que assegura rigidez em como uma pesquisa definitivamente é e como uma pesquisa deve ser feita (ELLIS et al., 2011, p.2). Por esse novo processo de escrita, rompo com o binário artístico/científico e faço de minha narrativa algo fora dos modelos hegemônicos de escrita perpetuados por uma academia masculina, racista e transfóbica. Está na hora de mostrar minhas vulnerabilidades, constrangimentos e

---

<sup>3</sup> A filósofa Judith Butler (1997, p.2-5) nos traz algumas reflexões sobre o conceito de interpelação desenvolvido por Louis Althusser. Para ela, a linguagem é fundamental para a construção social do corpo subjetivado. Assim, alguém só viria a existir a partir da dependência fundamental do endereçamento do Outro. Esse alguém existe não só devido ao fato de ser reconhecido, mas, antes disso, em poder ser reconhecível. E os termos que proporcionam esse reconhecimento são convencionais; são instrumentos de um ritual social que indica, por meio da exclusão e da violência, as condições linguísticas que possibilitam a sobrevivência dos sujeitos. Portanto, a interpelação não é um processo de simplesmente chamar alguém por um nome, é um processo de constituição e modelagem dos sujeitos. Exige-se das pessoas que elas ajam de forma a corresponder aos termos os quais são direcionados a elas. E é possível perceber esse processo de construção dentro das normas da estrutura do gênero; interpelar alguém como homem, mulher ou, até mesmo travesti, exige práticas e comportamentos ritualizados dentro dos códigos de masculinidade e feminilidade (ZIVI, 2008, p.162).

<sup>4</sup> Trans é um termo abrangente. Abarca travestis, transexuais masculinos e femininos, transgêneros e pessoas não binárias.

<sup>5</sup> Cisnormatividade se refere à necessidade de alinhamento entre “sexo biológico” e “gênero”, ou seja, a definição do gênero de alguém precisa estar ligada a um certo critério objetivo e estável construído historicamente que é o do dimorfismo sexual. Assim, não deveria haver equívocos nas definições “macho/homem” e “fêmea/mulher”. Além disso, é preciso dizer que a cisnormatividade estrutura as relações sociais e, por conseguinte, marginaliza e violenta aquelas pessoas (trans) que não seguem seus pressupostos (VERGUEIRO, 2016, p.57).

<sup>6</sup> A transfobia, neste trabalho, pode ser encarada como um conjunto de opiniões e atitudes culturais e pessoais (...) que são dirigidos, de maneira agressiva, contra indivíduos ou grupos que não se encaixam nos pressupostos das expectativas e das normas sociais de gênero (TVT, 2010).



privilégios; tornar-me frágil à interpretação alheia. Pois acredito que só assim conseguirei, de forma sensível e autêntica, explicar os miúdos olhares, gritos, assédios e medos que enfrento e que, também, compartilho com minhas outras irmãs trans.

O intuito de escrever pela autoetnografia foi ensinamento herdado de outra trava: Viviane Vergueiro. Fui apresentada ao seu nome por um colega trans durante uma conversa na rodoviária do plano piloto do Distrito Federal, cidade que habito. Convidei-o para um papo que começou com uma angústia e terminou com um aprendizado que move até hoje minhas produções escritas e minha militância.

Embora eu já estivesse em transição e já conhecida socialmente como Maria Léó, ainda moravam em mim, naquele dia, algumas dúvidas e desesperos; assim, eu enchi meu colega de perguntas e questionamentos como se estivesse no início de todo esse processo. A conversa, então, continuou. E eu amo lembrar da singela sensação de calma que me tomou quando ele, após me apresentar a dissertação de Viviane – uma autoetnografia que visa discutir a cisnormatividade –, me disse que é normal sentir algumas inquietudes, pois as pessoas trans são um grupo social que ainda estão elaborando suas linguagens e modelos de explicação de si e do mundo. Aquele pensamento me entornou um turbilhão de ideias e aspirações; fez a angústia cair.

Entendi, por meio daquela conversa, que, realmente, nós, trans, estamos montando uma linguagem que nos caiba, que consiga dar conta de nossas vidas, de nossas emoções; uma linguagem outra<sup>7</sup> que possa tensionar os borrões que a cisgeneridade insiste em trazer para nossas perspectivas. A partir daquela noite, eu me invoco a ser mais uma nessa caminhada pela organização de uma gramática-trans. Quero acreditar na produção de um mundo linguístico que cuide de nossos testemunhos, que nos complexifique e que boicote um mundo-cis que consome carne travesti todo dia.

Toda essa disposição em travar resistências e lutas pelas palavras ficou latente em mim desde aquela noite, e só adquiriu contornos mais concretos depois que, finalmente, me deparei com a pesquisa

---

<sup>7</sup> A ideia de uma linguagem outra, de uma linguagem transgênera ou até mesmo de uma “gramática-trans” pode ser confeccionada a partir de algumas considerações sobre a linguagem realizadas por bell hooks (2013, p.233). A autora propõe a reflexão sobre como a língua é importante no resgate e apresentação das experiências de povos oprimidos. Para ela, é em meio a enfrentamentos com a incapacidade da linguagem dominante em promover intimidade e criatividade necessárias para esses povos que se produzem linguagens variadas, fragmentadas e sem regras. A pensadora, então, acredita que tomar a linguagem do opressor e voltá-la contra si mesma, faz com que as narrativas de grupos marginalizados se tornem contra-hegemônicas. Pode-se entender, então, que a gana de construir caminhos outros na linguagem para a constituição de uma gramática nossa, transgênera, perpassa atravessamentos e contradições variados que são próprios da língua hegemônica (cisnormativa), mas que, mesmo assim, são importantes para trazer novas perspectivas de mundo, rupturas e libertação.



de Viviane. Suas elucubrações entraram em sintonia com pensamentos vários que rondavam minha mente e, por isso, não penso duas vezes em assegurar aqui algumas de suas viagens as quais me dão suporte, até hoje, para permanecer nessa disputa pela linguagem: “(...) acredito que esta autoetnografia trans possa contribuir em alguma medida com a defesa do potencial de uma diversidade de vozes agenciadas para a elaboração de reflexões críticas sobre diversidades corporais (...)” (VERGUEIRO, 2015, p.24). Dessa forma, faça-me presente nesse projeto sobre a potência dos escritos trans, por meio deste artigo, deixando minhas marcas e pegadas para futuros enfrentamentos.

Assim, é em meio a essas memórias, as quais apresentei rapidamente, que posso sustentar a importância de uma pesquisa totalmente travestilizada. Uma pesquisa que relata pedaços de meu cotidiano, mas que vai além do individual; utiliza minhas histórias para explicar características culturais estruturantes (ELLIS et al., 2011, p.1). Isto é, pensar o “eu” junto ao “Outro” que me cria, e os tons e sons culturais que nos envolvem, que nos alimentam e nos conduzem.

Diante de tudo isso, eu quero adiantar logo um dos limites em que esta pesquisa está estruturada. Acredito ser necessário apontar que as considerações feitas sobre minha vida presentes neste texto, a fim de denunciar a violação do meu direito à cidade, são somente um pequeno trecho de uma análise muito maior apta de ser oferecida por cada travesti que habita distintas esquinas das cidades. Minhas histórias foram suficientes para me guiar em direção à esta pesquisa, mas não são suficientes para dar conta da totalidade de uma sociabilidade que acontece devido às violações oferecidas pelos espaços urbanos.

Alguns rascunhos de minha trajetória vou entregar aqui; eles terão seu valor ao validar minhas conclusões, pois permitirão ao/à leitor/a acessar alguns de meus processos subjetivos e encontrar verossimilhança e possibilidade nas histórias que irei contar (ELLIS et al., 2011, p. 10). Assim, seja para pessoas trans ou para pessoas cis que me lêem, imagino ser possível existir tanto (re) conhecimento e empatia quanto distanciamentos, sendo esses em razão das interseccionalidades<sup>8</sup> e das realidades que não me pertencem.

Por fim, quero fazer deste artigo um reviver de momentos angustiantes e importantes que tive e que constituíram minha travestilidade, sendo que muitos deles nunca compartilhei detalhadamente com

---

<sup>8</sup> Interseccionalidade foi um termo cunhado e refletido dentro dos aportes teóricos de feministas negras. A categoria se refere às “dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p.177).



ninguém. Entendi, por meio desta escrita que realizo, a importância das minhas emoções e da presença do meu corpo nos lugares. Hoje, eu (r)existo por diversas instâncias e estratégias, e uma delas é a linguagem. Eu preciso falar sobre esse mundo que me absorve, eu preciso dizer que:

É pelos nossos territórios corporais não serem dignos de existência no espaço-cidade que novas epistemologias e imaginários sociais devem vir à tona, a fim de que possamos, enfim, permanecer. E, isso só vai acontecer quando estivermos construindo nossos próprios pensamentos, fundando nossa própria semântica, e ocupando espaços de legitimação de novos saberes para, então, disputar, com gana, um novo conceito de mundo (ARARUNA, 2016a).

## 2. A travesti tem direito à cidade?

No dia 3 de junho deste ano (2017), eu fui para um protesto contra a transfobia que aconteceu em frente de uma pastelaria da rodoviária do plano piloto. O motivo do ato foi o fato de uma travesti ter sido xingada e espancada por funcionários desse estabelecimento<sup>9</sup>. Dentre os manifestantes presentes, estava a própria vítima: uma moça negra a qual nos disse ser comum passar por aquele local e receber insultos devido a sua identidade de gênero<sup>10</sup>.

Estar ali, naquele dia, me fez rever alguns de meus enfrentamentos e privilégios ao “transitar” e “passar”<sup>11</sup> pela cidade. Como travesti branca, que mora em um espaço de elite e que possui um automóvel, as possibilidades de interferência da transfobia e do machismo na minha pele são, com certeza, muito menores que para aquelas que são negras, residem em cidades periféricas e dependem do transporte público, por exemplo. Ao mesmo tempo, eu e todas as pessoas trans que estavam naquele ato, enfurecidas com a situação de violência sofrida pela companheira, puderam recordar a simples dificuldade que existe em caminhar pelos espaços urbanos. Pois, existir como um corpo dissidente das normas cisgêneras é o suficiente para que o nosso acesso às disposições que compõem o direito à cidade seja precarizado e correntemente violado.

Neste artigo, utilizo a concepção de direito à cidade proveniente da Carta Mundial do Direito à Cidade, elaborada entre os anos de 2004 e 2005. E dentro das características que compõem o

<sup>9</sup> Acontecimento foi retratado em matéria jornalística do sítio eletrônico Metrópolis (FERRAZ, 2017).

<sup>10</sup> Identidade de gênero: “gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa (...) Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero” (JESUS, 2012, p.14).

<sup>11</sup> Trouxe esses dois verbos, “transitar” e “passar”, que, dentro das narrativas trans, referem-se à transição de gênero e à passabilidade. O primeiro termo se refere ao processo de modificações corporais para que a identidade de gênero das pessoas trans se torne inteligível (QUEIROZ, 2016, p.9); o segundo termo se refere à comunicação da performatividade de gênero sem falhas, é uma metáfora ao fato do sujeito “passar” sem ser percebido enquanto pessoa trans (QUEIROZ, 2016, p.67). Dentro do texto, essas mesmas palavras ganham significado ambíguo ao registrá-las como sinônimos de deslocamento pela cidade. Realizei esse jogo semântico, pois acredito que os caminhos de constituição e de materialização dos corpos trans se articulam e se moldam a partir dos processos de interpelação advindos da locomoção no espaço urbano.



conceito, acredito ser relevante considerar, principalmente, alguns pontos, como o respeito à diversidade corporal e a mobilidade urbana<sup>12</sup>, conforme mostrado a seguir:

Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade **sem discriminação de gênero**, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual (...). O Direito a Cidade é definido como o **usufruto equitativo das cidades** dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um **direito coletivo** dos habitantes das cidades, em especial dos **grupos vulneráveis e desfavorecidos**, que lhes confere **legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado** (...) Inclui também o **respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural**, e o respeito aos migrantes (Artigo I.1, CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE).

Dentro das três principais narrativas que farei neste artigo sobre minha socialização transfeminina na cidade, será possível verificar a relação dessas duas características selecionadas. Pois a interrupção e os constrangimentos de minha mobilidade nos espaços urbanos estão diretamente ligados à não-normatividade do meu corpo e às interpelações que recebo. Sendo assim, poder-se-á verificar que, na verdade, o que está disposto sobre direito à cidade revela uma contradição entre o dever ser e a realidade vivenciada por mim, enquanto criatura trans (LIMA DA SILVA; MORAIS DOS SANTOS, 2015, p.502).

### 3. Cidade-corpo: território que produz travesti

Utilizar a cidade como um campo híbrido que conjuga práticas humanas dinâmicas é uma necessidade que tive para realizar um deslocamento teórico sobre a construção da travestilidade. Pensar o corpo trans por meio de suas localizações discursivas, de suas simbologias e de seus rompimentos com signos de representação não bastavam para mim. Eu precisava explorar outra dimensão da estrutura do gênero<sup>13</sup>, uma dimensão a qual pudesse me mostrar como que a força das relações sociais do cotidiano e das trocas emocionais são capazes de nos conduzir a caminhos contraditórios (cheios de atravessamentos e de rupturas) sobre minha identidade e meu corpo (CONNELL, 2012, p.865-866).

---

<sup>12</sup> A ideia de mobilidade urbana vai além da locomoção com o uso de automóveis, refere-se, em geral, à capacidade de deslocamento e trânsito dos indivíduos por entre os espaços da cidade (CARVALHO, 2008, p.5).

<sup>13</sup> O significado do termo gênero é amplo, isto é, ele pode estar associado tanto a uma sistematização de normativas culturais que constituem os corpos quanto a relações sociais desiguais entre estes corpos (CONNELL e PEARSE, 2015, p.46-48). Assim, pode-se inferir que o gênero é uma estrutura social que transpõe seus padrões e conjuntos regantes, constituídos historicamente, para as práticas cotidianas (CONNELL e PEARSE, 2015, p.47). E a dimensão a qual estarei dando maior destaque, nesta produção, é sobre a catexia: as relações emocionais que envolvem as dinâmicas de gênero (CONNELL e PEARSE, 2015, p.168). É relevante ressaltar, também, que o foco nessa dimensão não impede sua comunicação com outras, como o Poder e suas relações sociais desiguais e a Simbologia e seus traços carregados de significados culturais. Todas essas dimensões constituem os corpos dos indivíduos e suas interações (CONNELL e PEARSE, 2015, p.175-176).



A cidade, portanto, surge como um contexto cheio de antagonismos e conflitos, em que as pessoas se deslocam em suas superfícies lotadas de conteúdos culturais que nos oferecem sentidos e normas para nos comunicarmos e interagirmos. A cidade não é só um terreno físico, ela vive por meio das movimentações e das afetações entre os sujeitos – a cidade é cidade-corpo, isto é, o nosso corpo é atravessado pelo corpo da cidade, o qual se molda por instituições, práticas e (des) encontros (HISSA e NOGUEIRA, 2013, p.56-58). A nossa carne é, enfim, um intermédio, pois é matéria que ao se chocar com as interferências do espaço recebe subjetividades, por isso os lugares estão carregados de memórias e de significados (HISSA e NOGUEIRA, 2013, p.61).

Sendo assim, o que eu quero afirmar aqui é que meu corpo travesti não estava pronto, completo e pré-determinado quando lidou com as angústias e temores da vida urbana transfóbica e machista, mas que, pelo contrário, ele foi sendo tecido e construído, aos poucos, por meio de processos de socialização disruptivos que encarei nos lugares em que estive. Aprender o gênero, corporificar-se e se tornar homem, mulher, travesti, necessita de entrecruzamentos institucionais e pessoais complexos que a vida cotidiana oferece (CONNELL e PEARSE, 2015, p.199-203). Não há travesti anterior aos conturbados percursos de interpelação e de socialização. Tornar-se travesti, para mim, foi, acima de tudo, consequência de uma trajetória de resistência e, também, de conformidade às leis hegemônicas do gênero. Foi um efeito.

#### 4. Primeira narrativa: os olhares dos Outros e a minha voz

Para iniciar minha primeira narrativa, vou utilizar da teoria e de alguns conceitos desenvolvidos pelo sociólogo Ervin Goffman, o qual se debruçou nas análises comportamentais das microrrelações sociais e de como essas são reguladas por normas culturais estruturantes (KIAN, 2014, p.315-317). Assim, com o auxílio dessas categorias científicas, conseguirei descrever e acentuar algumas sensações importantes que me tomaram dentro de um quadro urbano de transfobia cotidiana.

Gostaria de apresentar, agora, portanto, alguns relatos sobre como meu corpo trans junto ao meu subjetivo se modelaram a partir das minhas experiências com olhares alheios e com a minha própria voz. Escolhi trabalhar com esses dois sentidos corporais, pois entendo que eles, embora estejam inteiramente presentes no itinerário de maneira banal, possam ser carregados de significados em determinadas situações<sup>14</sup>, ou seja, possam constituir instrumentos sensoriais pelos quais se

---

<sup>14</sup> Situação: “(..) ambiente espacial completo em que ao o adentrar uma pessoa se torna um membro do ajuntamento que está presente, ou que então se constitui. As situações começam quando o monitoramento mútuo ocorre, prescrevem quando a última pessoa sai” (GOFFMAN, 2010, p.28).



transmite e se obtém informações (GOFFMAN, 2010, p.24-25). Faz parte da textura da cidade o barulho, os olhares perdidos e trocados, as conversas rápidas e atrasadas; e para mim, enquanto travesti, ser tomada por alguns sentidos me fez mover e refletir minha identidade de gênero.

Eu me recordo, de maneira viva, o cansaço e esgotamento que sentia - logo no início da transição, quando minha androginia se fazia esquisita para as pessoas cisgêneras - ao sair para o mundo externo para realizar meus estudos e trabalho, e acabar colhendo pelo caminho alguns olhares de susto, de repulsa, de vergonha e até de riso. Sim, com o tempo, eu consegui decifrar cada um deles. Eu tinha a sensação de que minha caminhada não era nunca inocente e fortuita, e que meu corpo não permitia que os olhares de transeuntes se dissipassem e se perdessem pelo espaço, mas, pelo contrário, ele parecia uma marca que direcionava e organizava pupilas alheias.

Segundo Goffman (2010, p.43),

(...) quando indivíduos entram na presença imediata uns dos outros onde não é preciso nenhuma comunicação falada, eles ainda assim inevitavelmente iniciam uma espécie de comunicação, pois em todas as situações atribui-se importância a certos assuntos que não estão necessariamente ligados a comunicações verbais particulares.

Alguns desses “assuntos” são silenciosos e pressupõem um conjunto de regras cisnormativas e sexistas, como, por exemplo, uma coerente disposição dos símbolos de gênero presentes nos corpos das pessoas. Dependendo da presença ou ausência de alguns desses signos, pode-se ter uma trajetória travesti tranquila ou uma mais tensa. E um dos lugares em que eu pude notar meu manejo com esses códigos de gênero foi o banheiro coletivo.

Por algum tempo, eu segurei bastante o xixi para não ter que construir uma interação com alguma mulher no banheiro e me sentir deslocada, constrangida e, até mesmo, ameaçadora. Mas depois que perdi algumas características consideradas culturalmente masculinas, como os pelos do rosto, e adquiri outras que me levavam a uma maior passabilidade, como os cabelos longos, eu passei a frequentar alguns banheiros femininos, em *shopping centers*, na minha faculdade (dentro da Universidade de Brasília – UnB), no meu estágio (um órgão público), em boates, bares e restaurantes. Mas, mesmo assim, os banheiros continuaram sendo aqueles espaços espalhados pela cidade que mais me traziam inquietude.

O banheiro feminino sempre funcionou para mim como um território ambíguo, porque, ao mesmo tempo que eu adorava quando não tinha ninguém lá dentro comigo, eu queria que as pessoas



percebessem que eu adentrava aquele espaço. Pois ser vista entrando ou saindo daquele lugar era uma forma de comunicar à sociedade minha identidade de gênero sem precisar verbalizar nada.

Mas, quando uma moça chegava e eu tinha que me deparar com sua presença e ela com a minha, mesmo que em questão de minutos, eu usava de alguns comportamentos sutis, que logo se tornaram recorrentes, simplesmente para tentar amenizar qualquer reação transfóbica. Eu me acostumei, logo que alguém abria a porta e entrava no recinto, a erguer o meu tronco para ressaltar os pequenos seios escondidos no sutiã e também deixava que os cabelos caíssem sobre meu rosto, escondendo o máximo das minhas bochechas que podiam conter alguma pelugem. Essa reação que eu criei pode ser melhor compreendida pelo conceito de ajuntamento desfocado de Goffman.

Para o autor (GOFFMAN, 2010, p.28), o ajuntamento se refere a um conjunto de duas ou mais pessoas que se encontram na presença imediata umas das outras. E a interação que ocorrer ali se dá de maneira desfocada quando as informações recolhidas sobre alguém se dão ao se olhar de relance para ela, mesmo que momentaneamente, ou seja, quando há a mera copresença (GOFFMAN, 2010, p.34-35). Portanto, meu comportamento em esconder e apresentar alguns conteúdos do meu corpo, carregados de simbologia de gênero, serviu para que eu tentasse afirmar uma interação simples com os olhares disponíveis no banheiro e sem grandes riscos de deturpação. A possibilidade de incomodar e trazer riscos para a poderosa calma cisgênera daquele lugar foi suficiente para que eu me sentisse tentada a controlar minha corporeidade. E, um pensamento que sempre vinha a minha mente quando reagia daquela forma era que começar um tratamento hormonal e obter os caracteres desenvolvidos por ela dariam fim a esse tipo de comportamento, e, então, de outras sensações eu poderia compartilhar ao frequentar o banheiro.

Se eu modelava meu corpo conscientemente para propiciar uma interação desfocada era porque a interação focada trazia alguns riscos para o meu bem estar. Essa última interação, por sua vez, acontece quando as pessoas estão em ajuntamento e iniciam uma licença comunicativa especial que pode conter diálogos como foco de cooperação (GOFFMAN, 2010, p.95). Por muitas vezes, me vi temerosa em falar com alguém ou alterei meu timbre de voz devido à apreensão de ser percebida como farsa ou mentira em um contexto. Isso aconteceu e ainda acontece muito porque o som grave que sai da minha boca também é possuidor de conteúdo cultural e, por isso, pode ser interpretado como denúncia de um “corpo feminino enganador”. E só de imaginar que posso lidar com o possível semblante de frustração ou de curiosidade de alguém já me causa algum incômodo.



Teve um dia, porém, que eu resolvi trocar esse medo e esse incômodo pela raiva. Estava com a mesma amiga que anunciei no início deste artigo em frente a uma loja de *fastfood* de um *shopping center*. Já eram quase dez horas da noite e o comércio estava prestes a fechar. Eu fiz meu pedido e estava aguardando sua entrega fora da fila, enquanto minha amiga conversava com a atendente do caixa. Atrás dela, aguardando para serem atendidos, havia dois homens que conversavam entre si até que um deles encontrou meu olhar. Eu logo desviei minha atenção porque percebi que seus olhos tinham se estacionado naquela figura de saia longa, batom, cabelos médios, com marcas de barba feita e seios marcados que eu apresentava. Comecei a percorrer meu olhar por toda a paisagem na minha frente, de um lado para o outro, só para ver o que ele faria com a informação que meu corpo passava.

Esse homem ficou me encarando por muito tempo, de uma forma totalmente desconfortável. Eu, finalmente, o encarei de volta, mostrando que, por óbvio, eu estava ali e que aquela atitude era estranha, mas ele pareceu não se importar e ficava me observando como se eu não o visse. Seu olhar só se desviou quando convidou seu amigo para me observar junto com ele.

Eu estava achando aquela situação tão absurda e inconveniente e parecia que eu não podia fazer simplesmente nada; eles me tinham sob vigília. Eu fui tentando me encher de coragem para fazer alguma coisa, demonstrei irritação, fechei minha cara, encarei de volta, e nada. Eles continuavam com os olhos fixos em mim, pareciam que queriam me decifrar ou verificar como aquela matéria não fazia sentido para suas concepções fixas de gênero. Eu juro que esperei tempo suficiente para que a conduta deles mudasse, mas isso não aconteceu; uma raiva foi crescendo em mim e, então, eu reagi.

Comecei a gritar e a fazer um belo “barraco” para que eles parassem de me observar daquela forma. Os funcionários do *fastfood* ficaram chocados e calados e minha amiga, que esperava próxima ao balcão seu pedido e estava a uma certa distância de mim, pareceu não entender bem o que acontecia. Já os donos da encarada assustaram-se com a minha atitude, pareciam ter sido surpreendidos com minha exaltação. Eles começaram a discutir comigo, negando o que estavam fazendo, e terminaram me chamando para uma briga do lado de fora do *shopping*.

Eu tremia bastante enquanto todo aquele conflito acontecia, mas, depois, me senti feliz por ter sido corajosa o suficiente em romper com aqueles olhares desconfortáveis e julgadores. O ato de encarar alguém em público não é uma atitude comum e, facilmente, pode ser concebida como uma infração nas relações sociais; e, também, parece funcionar como uma sanção, colocando o indivíduo



encarado em uma classe distinta das outras pessoas (GOFFMAN, 2010, p.98-100). Por esse motivo que sensações de limitação, encurralamento e invasão se iniciaram em mim, e a raiva incorporada nos gritos foi uma consequência de resistência ao poderio daqueles homens.

E falando sobre eles, os homens... minha próxima narrativa se concentrará em alguns efeitos que a masculinidade cisgênera desses sujeitos apresenta sobre corpos mulheris e femininos, como o meu.

## 5. Segunda narrativa: os homens cisgêneros heterossexuais

Entre as vias conturbadas de minha socialização transfeminina, um dos principais personagens de envolvimento com meu corpo foi o homem cisgênero heterossexual. Alguns de seus atos e, até mesmo, a mera possibilidade de sua presença masculina em alguns espaços me lembravam da vulnerabilidade social e física imposta a criaturas como eu. Tratar sobre isso agora, em formato autoetnográfico, é relevante para se compreender como que os abusos, o assédio e o medo da violência masculina, nos espaços urbanos, também são assuntos que concernem às travestis.

Eu não me recordo, agora, o dia em específico, mas era próximo de meio-dia e eu estava voltando do meu estágio, no caminho em direção ao meu carro. Eu andava pela calçada, quando escutei um homem próximo de uma moto, com seu capacete na mão, me chamando. Eu cheguei um pouco perto e pensei que ele queria pedir alguma informação, já que isso era uma prática muito recorrente nessa minha rotineira trajetória durante a semana. Quando me aproximei, ele abriu um sorriso e sussurrou algumas palavras as quais eu acreditei não ter entendido nos primeiros segundos, mas minha cabeça trabalhou o suficiente para compreender tanto o que ele havia dito anteriormente quanto o que estava acontecendo naquela cena. Eu fiquei um pouco assustada e chocada com tamanho descaramento em plena manhã, na rua. Eu simplesmente me virei e continuei andando. Aquele homem tinha simplesmente acabado de me convidar para ir a algum lugar com ele fazer sexo.

O meu silêncio e meu afastamento não foram suficientes para ele entender a óbvia negativa. Então, ele subiu na sua moto e começou a me seguir pela grama, enquanto eu continuava andando pela calçada. Ele fez, novamente, o convite podre com o mesmo sorriso no rosto. Naquele momento, eu senti vergonha, e percebi que isso não podia acontecer. Eu não podia continuar calada com um homem desses perto de mim. Eu pedia a mim mesma para que eu fizesse alguma coisa, várias vezes. Pedia para que eu reagisse de alguma forma. Comecei a bolar planos sobre entrar em alguns dos colégios próximos, ou em simplesmente correr. Mas eu continuava pedindo a mim que convocasse forças e falasse algo diretamente para ele.



Eu parei. Olhei na cara dele e mandei ele se foder duas vezes. Ele riu e foi embora.

Outro dia, domingo, eu estava no estacionamento da Faculdade de Direito, da Universidade de Brasília, localizada no Campus Darcy Ribeiro. Por ser final de semana, o lugar estava bastante vazio, com pouquíssima gente. Eu estava ali esperando um amigo meu me buscar de carro, pois iríamos até outro prédio da universidade para encontrar mais alguns colegas de turma para terminarmos um trabalho acadêmico. Enquanto aguardava, sozinha, eu vi um homem do lado oposto da pista encostado no muro da Maloca<sup>15</sup>. Ele olhava fixamente para mim e, ao mesmo tempo, mexia na sua genitália.

Estávamos só eu e ele, naquele espaço aberto. Ele percebeu que eu o tinha visto e, mesmo assim, continuou movimentando suas mãos em um lugar específico da sua bermuda, provocando uma excitação em si mesmo. Aquilo foi extremamente nojento e absurdo.

Eu peguei o celular e tentei ligar para meu amigo, e não funcionou. Decidi, então, sair daquele lugar e achar outro que fosse perto e mais movimentado. Fui em direção ao posto de gasolina. O homem, então, se moveu para trás de uma árvore e continuou me observando e se tocando. Até que, enfim, meu amigo chegou. Eu entrei no carro dele e fiquei calada. Só esperei ele entrar na pista e passar próximo à árvore que o homem se escondia. Abri a janela do carro e mandei, com toda vontade que encontrei em mim, aquele sinal com o dedo do meio em sua direção.

Em um dia de noite, saí da minha aula mais cedo para me encontrar com um homem que conheci em um desses aplicativos de relacionamento. Ele queria me conhecer pessoalmente, falou que tinha me achado bonita e atraente, e que já tinha ficado com outras mulheres trans/travestis. Combinamos, então, de nos encontrar dentro do seu carro, em um estacionamento de uma quadra residencial específica, e ficaríamos ali, não iríamos para nenhum outro lugar. Ele me enviou as características do automóvel; era um daqueles carros pretos, altos e bonitos, um SUV<sup>16</sup>; eu o encontrei; bati no vidro com película escura; o homem abriu apenas dois dedos do vidro e pediu para que eu entrasse; e eu entrei.

Achei estranho ele não ter descido o vidro todo para me ver, mas decidi não deixar nenhum complexo meu surgir. Enquanto a gente conversava, ele ficava olhando para os lados, recorrentemente, para ver se não havia ninguém perto. Foi, então, que eu entendi que estar comigo ali era um segredo, algo que merecia sigilo, esconderijo, cautela. A privacidade proporcionada por um

<sup>15</sup> Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas da Universidade de Brasília

<sup>16</sup> SUV é uma sigla em inglês que significa "Sport Utility Vehicle" que em português é "Veículo utilitário esportivo".



carro preto, à noite, não era suficiente para trazer tranquilidade àquele cara. Ele precisava constatar se ninguém - naquele mundo externo de pistas, calçadas, paradas de ônibus e faculdade - o delataria por estar com uma travesti. Logo, as sensações de arrependimento e medo me alcançaram.

Eu fiquei dentro daquele carro, naquele estacionamento, querendo que tudo aquilo que a gente fazia acabasse logo. Eu só queria ir embora. Eu me senti enganada e usada; um projeto de mulher que não merece ser mostrada ou tida como acompanhante publicamente.

Enfim, expeli algumas dessas histórias. E sei que assim como essas - que tratam sobre o fetiche de um corpo como o meu - há muitas outras espalhadas pelos cantos das cidades.

Meus relatos apresentaram interações que homens cisgêneros tiveram comigo que estão na fronteira entre o desejável e o rejeitável. Essa relação paradoxal é formulada a partir do enquadramento de certas identidades como desviantes, o que possibilita a manutenção de outras como normais, verdadeiras, normativas (FOUCAULT, 2002, p.51). E, conforme explicam Stallybrass e White (1986, p.191), aquilo que é expelido como “Outro”, possuidor de uma configuração corporal contrária aos valores da elite e da hegemonia social, volta, no imaginário cultural e interpessoal, como objeto de nostalgia, fascinação e anseio; assim, corpos marginalizados se tornam objetos simbólicos de desejo e fantasia daqueles que pertencem às condições sociais normativas.

Diante disso, pode-se aplicar tal pensamento para o caso das travestilidades. É o que faz minha amiga e companheira de luta Taya Carneiro Silva de Queiroz (2016, p.93) a seguir:

A contraposição simbólica entre acusação-desejo que circundam o corpo das travestis e mulheres transexuais se efetiva numa espécie de desejo sexual proibido. Uma repressão da sexualidade que acaba por fetichizar a figura de uma mulher com pênis e localiza as práticas sexuais dessa população no âmbito da marginalidade. O imaginário coletivo dessa relação acusação-desejo é perceptível sobretudo nos dados de que o Brasil é o país que mais consome pornografia envolvendo travestis e mulheres transexuais (PORNHUB INSIGHTS, 2016), em contraponto à posição de primeiro lugar entre os países onde mais se assassina pessoas trans (TRANSGENDER EUROPE, 2016).

A partir dessa análise, apresento um último relato desta narrativa o qual apresenta alguns sentimentos meus capazes de traçar bem a posição ambígua que meu corpo ocupa nas sexualidades dos homens cisgêneros heterossexuais.

Sobre estar na rua à noite sozinha. Vivenciei uma noite que me trouxe algumas reflexões sobre estupro e espancamento. Era final de junho deste ano (2017), terminei meu horário no estágio às 18 horas, naquele dia, e decidi convidar uma amiga para assistir um filme comigo no cinema, no *shopping center* ao lado do prédio em que trabalhava. Quando o filme terminou, já passavam das



vinte e duas horas, as ruas estavam com uma frequência de carros muito baixa e com quase nenhum transeunte; as paradas de ônibus próximo ao shopping eram os únicos espaços com maior quantidade de gente aglomerada. Minha amiga, então, decidiu ficar em uma dessas paradas, pois não demoraria muito para passar seu ônibus. Eu tive que andar ainda por algum tempo até chegar no lugar onde costumo estacionar meu carro, todos os dias, para ir trabalhar: próximo ao meio fio do lado direito de uma pista sem saída que possui à esquerda algumas casas.

Porém, fazer esse caminho de noite nunca pareceu tão pavoroso e demorado. Eu não encontrava ninguém, mas torcia que, caso encontrasse, não fosse um homem. Eu fiquei pensando na possibilidade desse encontro durante toda trajetória, e os resultados que imaginava eram sempre assustadores. Um corpo como o meu, na rua, à noite, apresenta um status de vulnerabilidade e de potência em ser destruído a partir dos arranjos de gênero que estão estruturados em nossa sociedade. Minha possibilidade de existir fora da cisheteronormatividade faz com que minha humanidade seja questionada, pois a materialidade do meu corpo é fabricada em meio a permanências e rejeições de normas de gênero fundamentais para a promoção de um corpo viável (BUTLER, 2008, p.19-20).

Assim, eu não pude deixar de pensar na ameaça que um homem cisgênero é para mim, nessas situações. Sua representação dentro das relações de gênero faz com que ele possua o poderio de prescrever a mim diversos instrumentos de destruição: como o estupro, o espancamento e a própria morte. Eu tive medo de ser alvo de estupro por um homem que soubesse que eu sou travesti; eu tive medo de ser alvo de estupro por um homem que achasse que eu era mulher cis e, ao descobrir que sou travesti, exercê-lo junto a outras violências por eu o ter “enganado”; eu tive medo desse homem me bater tanto até me matar porque eu frustrei sua tentativa de estupro por não ser a mulher que ele esperava. Enfim, eu colecionei alguns medos.

Mas, naquela noite, enquanto corria para chegar no meu carro, eu me deparei com um casal de um homem e de uma mulher. Passei, então, a caminhar mais próximo a eles até que cheguei no meu destino com segurança e fui embora para casa.

## 6. Terceira narrativa: entre a solidão e a alegria

Minha última narrativa será dividida em dois relatos. O primeiro é sobre reclusão e fuga das interações sociais, e o segundo é sobre compartilhar espaços e coletividade.



Por um bom tempo, no ano passado, eu perdi a vontade de fazer muitas coisas que me davam prazer, que faziam eu me sentir viva. Eu não queria mais me encontrar com meus amigos em suas casas, sair para festas, ir nos encontros de militância LGBT, estudar, escrever; eu não queria ter que lidar com o Outro, com as trocas e interações. Só queria ficar sozinha no meu quarto, sem ter que apresentar meu corpo para o mundo lá fora e receber seus estímulos.

Hoje, eu entendo que

a principal causa de toda essa situação em que estive foi a violência que cometia contra mim mesma. Uma autocrítica e desconfiança de quem eu era ganharam proporções imensas que terminaram no meu isolamento. Eu buscava, a todo o momento, em cada instante, uma explicação coerente com Sentido e Origem sobre quem eu era. Sobre, especificamente, o que é ser Trans. Essas perguntas, que não possuem respostas adequadas e esperadas capazes de acalmar a ânsia presente em mim, fizeram com que eu apostasse que tudo isso que experienciava era Falso e Errado (...) A lógica que alcancei, então, foi a seguinte: se eu passar a não existir mais para o mundo externo, eu não precisaria ser interpelada por ele nem colocada à prova, e, assim, só me teria para mim. Logo, se eu tivesse que continuar viva, eu viveria somente para mim mesma; afastada de todos, sem ninguém para questionar-me, para duvidar de quem eu sou (ARARUNA, 2016b).

A restrição em que estive me fez entender o principal objetivo desta pesquisa: a necessidade do Outro e do mundo “lá fora” para me constituir. Eu não queria mais estar disponível aos olhares, questionamentos e violências próprios da dinamicidade urbana cotidiana, mas, ao mesmo tempo, sei que vivenciar tudo isso faz parte de uma socialização travesti. Lidar com a presença da transfobia constantemente na minha rotina cria a travesti que sou. E entender esse processo é bastante doloroso.

A solidão que me tomou pode ser interpretada, para este artigo, como um resguardo da cidade; como uma proteção de um campo amplo, totalmente aberto para conflitos e trocas. Eu também vejo os meus dias de solidão e de isolamento como consequências das esgotantes e cansativas experiências que reuni ao estar exposta à urbe e a suas relações calcadas na transfobia.

Só pude sair desse momento quando busquei outras pessoas trans e procurei saber sobre seus processos subjetivos; quando me aproximei de suas narrativas e de suas histórias. As pluralidades, diferenças e afinidades entre nós fizeram com que eu percebesse a potência dos relatos de nossas vivências.

Um dos meus dias de extrema alegria ao lado dessas pessoas foi no dia 29 de janeiro de 2017, Dia Nacional da Visibilidade Trans. Aqui, no Distrito Federal, coletivas que realizam trabalhos contra a transfobia se reuniram junto a entidades do governo e da ONU<sup>17</sup> para promover uma semana inteira

---

<sup>17</sup> ONU é sigla de “Organização das Nações Unidas”.



com atividades voltadas para o público trans. E, de tudo que fizemos durante todos os dias dessa semana, o dia 29 foi o mais importante e marcante para mim.

Um bonde formado de homens e mulheres trans, travestis e pessoas não-binárias foi até a Torre de TV da cidade, um lugar que sempre possui muitas pessoas por ser ponto turístico reconhecido e por ser rodeado de lojas de artesanato e de comidas típicas do nordeste brasileiro. Subimos, então, até o mezanino daquele monumento e estendemos uma bandeira trans gigantesca. As pessoas cis, lá embaixo, ficavam intrigadas com o manifesto e com tanta gente trans reunida em um só lugar.

Aquele momento de união e solidariedade entre nós, lotando um espaço público da cidade, me proporcionou calma. Eu, pela primeira vez, estava vivendo a urbanidade de uma forma distinta: não estava cercada por interpelações e abordagens cunhadas no constrangimento cisnormativo.

Ocupar e acessar a cidade e seus espaços públicos, no dia 29, foi a realização de uma mudança nos pressupostos da cotidianidade urbana. As pessoas trans, reunidas naquele local, realizaram uma prática de ultrapassagem da experiência individual para o alcance de um processo político e coletivo de obstinação às relações discriminatórias e desiguais que legitimam a produção de espaços para a dominação física e ideológica de alguns grupos sociais em detrimento de outros (LIMA DA SILVA; MORAIS DOS SANTOS, 2015, p.507). Nossa presença, naquela tarde, para as pessoas cisgêneras presentes, foi uma ruptura com as propostas normativas hegemônicas características da cidade.

## **7. Considerações finais: por uma outra cidade, por novas socializações de gênero**

Habitar o concreto e o invisível da cidade é captar suas tripas, camadas e tecidos simbólicos e culturais que concretizam as nossas relações e encontros cheios de banalidade. Com isso, pensando na imensidão da malha urbana como corpo heterogêneo e sempre em construção, sustento a importância da realização de transformações políticas guiadas por coletividades marginalizadas, com o propósito de promulgar novos horizontes de interação comprometidos com a diversidade dos corpos e com a mobilidade segura e saudável dos mesmos.

Meus relatos, posicionados dentro de uma escrita autoetnográfica, demonstraram fragmentos do meu processo de socialização travesti. Escolhi a cidade como caminho para trazer algumas tonalidades desse processo, pois acredito que é na urbe, seja nos espaços públicos ou



naqueles com maior restrição, entre encontros e esbarradas, que eu me realizo e me materializo enquanto travesti - não porque eu simplesmente diga que sou, mas também porque o Outro se mostra forte o bastante para me fazer assim.

E foi com a proposta do direito à cidade é que eu consegui capturar traços dessa constituição de mim, pois a precarização no asseguramento da minha mobilidade urbana enquanto corpo diverso e desviante faz com que a travesti que eu sou aconteça. O que quero dizer é que existem falhas na proteção do meu direito à vida urbana e isso compõe minha socialização de gênero.

O afastamento de algumas interações, o receio de usufruir alguns espaços, o medo e o fetiche dos homens cis, a insegurança e a vergonha em reagir a certos tratamentos, o temor em falar, a necessidade de manter os olhares distantes de mim, minhas tentativas em me esconder; tudo isso, entre outras coisas, foram sentimentos e comportamentos que adotei para traçar uma perspectiva de mim. Escolhi, para esta pesquisa, focar-me nas miudezas dessa constituição travesti, por isso que dei atenção, principalmente, enquanto narrava, aos sentimentos. Esses possuem a função política de me dar suporte à proposta teórica que apresento, além de romperem com pressupostos acadêmicos de como se faz pesquisa.

Este artigo foi concebido entre sufocos e sossegos porque relembrar e descrever situações de angústia me fizeram percorrer outros detalhes sobre a minha transição de gênero. Eu percebi que muito das transformações corporais que eu busquei foram fruto de interditos, questionamentos, dores e interferências que me atravessaram. A ansiedade em dar início ao meu tratamento hormonal, por exemplo, e adquirir uma passabilidade se localizam dentro desse contexto que foi apresentado durante toda essa escrita. Concluí que a fragilidade a que certos corpos estão submetidos frente à dinamicidade da cidade e de suas relações mobiliza procuras por enquadramentos e inteligibilidade. Juntamente com os privilégios de classe e raça, adentrar em uma normativa corporal de gênero fez com que certos espaços pudessem ser sentidos e explorados com menos angústia e sofrimento. É por isso que luto para a constituição de uma cidade que permita o trânsito e a passagem de indivíduos que rompam com as tessituras rígidas das estruturas culturais, pois acredito que é nos encontros e trocas políticas e afetivas entre essas pessoas que novos arranjos são construídos e novos mundos são possíveis de emergir. A cidade não deve nos engolir, ela precisa ser reformulada por nós, entre nós; conforme nos mostra o geógrafo David Harvey (2008, p.23):

[...] o direito à cidade [...] é muito mais do que a liberdade individual de acessar os recursos urbanos: trata-se do direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. É, além disso, um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício do poder coletivo



para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de criar e recriar nossas cidades e a nós mesmos é, como desejo demonstrar, um de nossos direitos humanos mais preciosos, mas também um dos mais descuidados.

Desse modo, enxergo o direito à cidade como direito à vida urbana, especialmente para os corpos dissidentes das normativas, como as travestis; e, assim, encaro a importância da contínua exigência desse direito (LEFEBVRE, 1991, p.117). Pois, diferentes rumos nos nossos processos de socialização e de constituição de si podem ser apontados se novas organizações nas relações da malha urbana forem firmadas. E isso só vai acontecer se houver a escuta ativa e o atendimento das demandas políticas de grupos sociais vulneráveis. Nossas vozes e nossas histórias são grandiosas e, ao serem percebidas, podem oferecer novas possibilidades de existir e habitar o mundo.

---

## Referências

ARARUNA, Maria Léo. 04 out. 2016a. *Carta de uma travesti futura jurista para estudantes de Direito: o direito à cidade, os espaços de poder e a transdemocracia*. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2016/10/04/carta-de-uma-travesti-futura-jurista-para-estudantes-de-direito/>>. Acesso em 19 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. 29 dez. 2016b. *Desistir de mim mesma: um diálogo entre transfobia e depressão*. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2016/12/29/desistir-de-mim-mesma-um-dialogo-entre-transfobia-e-depressao/>>. Acesso em 19 jun. 2017.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. 13 jan. 2016. *Afinando a noção de “socialização” e refutando algumas distorções*. Disponível em <<https://transfeminismo.com/afinando-a-nocao-de-socializacao-e-refutando-algumas-distorcoes/>>. Acesso em 21 jun. 2017.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós Entornos, 2008.

\_\_\_\_\_. *Excitable speech: a politics of the performatives*. New York: Routledge, 1997.

CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE. Fórum Social das Américas - Quito - Julho 2004; Fórum Mundial Urbano - Barcelona - Setembro 2004; V Fórum Social Mundial - Porto Alegre - Janeiro 2005. Disponível



- em:<[https://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/carta\\_mundial\\_direito\\_cidade.pdf](https://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/carta_mundial_direito_cidade.pdf)>.  
Acesso em 03 de jul. 2017.
- CARVALHO, Diego Lourenço. *Mobilidade urbana e cidadania no Distrito Federal: um estudo do programa Brasília Integrada*. 2008. 124fs. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília. 2008.
- CONNELL, Raewyn. Transsexual women and feminist thought: toward a new understanding and new politics. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 37, n. 4, p.857-881. 2012.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p.171-1888, 2002.
- ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E. e BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: An Overview. *Forum: Qualitative Social Research Sozialforschung*, Berlim, v. 12, n. 1, Art. 10, p.1-18, jan. 2011.
- FERRAZ, Ian. 04 jun. 2017. *Grupo protesta na Rodoviária contra agressão a transexual*. Disponível em:<<http://www.metropoles.com/distrito-federal/grupo-protesta-na-rodoviaria-contra-agressao-a-transexual>>. Acesso em 23 jul. 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GOFFMAN, Erving. *Comportamentos em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Editora Vozes. 2010.
- HARVEY, David. The right to the city. *New Left Review*, v.53, set-out. 2008.
- HARVEY, D. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, n. 29, p.73-89. jul-dez. 2012.
- HISSA, Cássio E. Viana; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Cidade-corpo. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.54-77, jan/jun. 2013.
- HOOKS, bell. *ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012.
- KIAN, Azadeh. Ervin Goffman da produção social do gênero à objetivação social das diferenças biológicas. In: *O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014. p.313-326.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LIMA DA SILVA, Andréa; MORAIS DOS SANTOS, Silvana Mara. “O sol não nasce para todos”: uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. *Ser Social*, Brasília, v. 17, n. 37, p.498-516, jul-dez. 2015.
- PORNHUB INSIGHTS. 05 fev. 2016. *Redtube and Brazil*. Disponível em:<<http://www.pornhub.com/insights/redtube-brazil>>. Acesso em 16 ago. 2017.
- QUEIROZ, Taya Carneiro Silva de. *Montação: os usos da moda na comunicação da identidade de gênero de travestis e mulheres transexuais*. 2016. 125fs. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- STALLYBRASS, Peter; WHITE, Allon. *The politics and poetics of transgression*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- TRANSGENDER EUROPE. 09 nov. 2016. *Trans murder monitoring*.. Disponível em:<<http://tgeu.org/tdor-2016-press-release/>>. Acesso em 16 ago. 2017.
- (TVT), T.-T. *Working definitions*. [s.d]. Disponível em:<<http://transrespect.org/en/working-definitions/>>. Acesso em 02 jul. 2017.



VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2016. 244fs. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

ZIVI, Karen. Rights and the politics of performativity. In: CARVER, Terrel; CHAMBERS, Samuel A. *Judith Butler's precarious politics: critical encounters*. London and New York: Routledge, 2008. p.157-170.

